

**Projeto de Integração do Rio São Francisco com  
Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional  
- Projeto Básico Ambiental - PBA -**

**Parte C - Item 3**



**Ago/2005**

**2255-00-PBA-RL-0001-00**

<b>Elaborado por:</b>	
<b>Data:</b>	
<b>Aprovado por:</b>	
<b>Data:</b>	



## ÍNDICE

### 3 –Programa de Comunicação Social

.....  
1

#### 3.1 –Apresentação

.....  
1

#### 3.2 –Justificativas

.....  
3

#### 3.3 –Objetivos

.....  
4

##### 3.3.1 –Geral

.....  
4

##### 3.3.2 –Específicos

.....  
4

#### 3.4 –Metas

.....  
5

#### 3.5 –Indicadores Ambientais

.....  
5

#### 3.6 –Público–Alvo

.....  
5

##### 3.6.1 –Identificação do Público Alvo

.....  
5

##### 3.6.2 –Quantificação do Público Alvo

.....  
6

### 3.7 –Metodologia e Descrição do Programa

.....

14

#### 3.7.1 –Vertentes do Programa

.....

14

#### 3.7.2 –Atividades do Programa

.....

15

#### 3.7.3 –Detalhamento da Vertente de Informação

.....

22

##### 3.7.3.1 –Fase de Implantação

.....

22

##### 3.7.3.2 – Fase de Construção

.....

23

#### 3.7.4 –Detalhamento dos Equipamentos e Instrumentos do Programa

.....

25

##### 3.7.4.1 –Bancos de dados

.....

25

##### 3.7.4.2 –Centros de Referência de Comunicação Social

.....

25

##### 3.7.4.3 –Caixas de comunicação

.....

25

##### 3.7.4.4 –Oficinas de integração

.....

26

3.7.4.5 –Elaboração dos Instrumentos de Comunicação	27
3.7.5 –Detalhamento dos Mecanismos de Resposta	28
3.7.6 –Monitoramento e Avaliação	30
<b>3.8 –Inter-Relação com Outros Programas</b>	<b>31</b>
<b>3.9 –Instituições Envolvidas</b>	<b>31</b>
<b>3.10 –Atendimento aos Requisitos Legais e/ou Outros Requisitos</b>	<b>32</b>
<b>3.11 –Recursos Necessários</b>	<b>32</b>
3.11.1 –Recursos Humanos	32
3.11.2 –Equipamentos, Material de Comunicação e outros	33
<b>3.12 –Cronograma Físico</b>	<b>34</b>
<b>3.13 –Responsáveis pela Implementação do Programa</b>	<b>34</b>

### 3.14 –Responsável pela Elaboração do Programa

.....  
34

### 3.15 –Bibliografia

.....  
34

### [Anexo I – Cronograma Físico](#)



## **3 – PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

### **3.1 – APRESENTAÇÃO**

Os recentes processos de redemocratização e de desenvolvimento de uma consciência ambientalista no país vêm suscitando a discussão sobre a implantação de grandes projetos e impactos sociais e ambientais a eles associados, e ao mesmo tempo contribuindo para a criação de um consenso sobre a necessidade de uma política participativa na formulação e implementação de projetos modificadores dos meios, natural e antrópico. Estas novas exigências se constituem em uma conquista da sociedade no sentido da consolidação da democracia e da cidadania, respaldadas pela política do Governo Federal. O Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional se insere neste contexto.

Para a elaboração do Programa adotou-se a concepção da comunicação em seu sentido mais amplo, envolvendo a elaboração, o envio e a recepção de mensagens, e a compreensão do caráter da comunicação como suporte ao conjunto das atividades do projeto nas diversas fases de empreendimento.

A comunicação social não se limita à disseminação de informações e elaboração de instrumentos para tal. Os contatos estabelecidos entre o empreendedor e os diferentes agentes envolvidos na obra e na implantação dos Programas Ambientais com os diversos atores sociais, quaisquer que sejam as formas utilizadas, também são ações de comunicação social, e como tal devem seguir um padrão e uma orientação comum.

Muito mais do que a promoção do empreendimento, a comunicação social deve ter por objetivo a criação de mecanismos que facilitem a participação dos setores interessados nas diversas fases do empreendimento.

A comunicação deve objetivar o correto entendimento dos impactos sobre a vida dos diferentes grupos afetados, enfatizando as razões pelas quais isto ocorre, os direitos que lhes correspondem e as formas pelas quais serão ressarcidos, não devendo criar, em momento algum, falsas expectativas.

A comunicação social deve ser utilizada para a constituição de um relacionamento construtivo do empreendedor com os diferentes setores sociais. Para tal deve se garantir o acesso antecipado às informações relacionadas ao empreendimento e às atividades necessárias à sua implantação, com uso de linguagem e instrumentos de comunicação apropriados a cada público a que se destinam.

A partir desta perspectiva, as ações de comunicação social do projeto já foram iniciadas, na prática, através das atividades e contatos estabelecidos na fase do EIA/RIMA, das audiências públicas realizadas para o licenciamento do empreendimento e na atual fase de Projeto Básico Ambiental, destacando-se os contatos diretos com a população afetada, durante a realização do cadastro fundiário e da pesquisa socioeconômica, e nas rodadas de negociação para apresentação e discussão das alternativas para o seu ressarcimento e reassentamento.

Incluem-se, ainda, neste contexto, o trabalho desenvolvido pela ASCOM (Assessoria de Comunicação) do MI (Ministério da Integração Nacional) e pela SECOM (Secretaria de Comunicação da Presidência da República) que, desde o lançamento do projeto, vêm trabalhando para divulgar nacionalmente o projeto através da articulação com órgãos governamentais e a distribuição de material informativo. Destaca-se, ainda, a disponibilização de informações sobre o projeto na página do Ministério da Integração Nacional, na Internet, em link específico do Rio São Francisco, onde se pode acessar o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), as linhas do projeto e as ações de revitalização do rio São Francisco, notícias publicadas na mídia, perguntas e respostas e um “Fale Conosco” para atendimento ao público em geral.

Vinculado ao Projeto de Integração, o Cadastro Nacional dos Usuários de Recursos Hídricos do Rio São Francisco, atualmente realizado pela CODEVASF em parceria com a ANA (Agência Nacional de Águas), têm se utilizado de formas de comunicação via rádio – a Rádio Realease ou Rádio Híbrida como é conhecida, com ampla aceitação local.

O Programa de Comunicação Social ora proposto deverá articular o conjunto de ações de comunicação social de forma a evitar conflitos de informações e/ou decorrentes de atuações diferenciadas entre as equipes encarregadas

pela implantação dos Programas Ambientais e empresas contratadas para as obras e serviços principalmente na relação com a população local.

### **3.2 – JUSTIFICATIVAS**

O Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional visa, em última instância, assegurar a oferta de água, com garantia de atendimento ao semi-árido nordestino, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população regional, principalmente da residente nas áreas rurais.

Independentemente dos benefícios a serem gerados, foram identificados, nos Estudos Ambientais do projeto, uma série de impactos ambientais e sociais decorrentes do empreendimento, definidas uma série de medidas e a implantação de Programas Ambientais visando sua prevenção, minimização e compensação, ou maximização, no caso dos impactos positivos.

O Programa de Comunicação Social, objeto deste documento, integra o conjunto de Programas Ambientais propostos que compõem o Projeto Básico Ambiental e se justifica não só em função dos impactos positivos e negativos identificados mas, sobretudo, pela busca de um novo relacionamento entre o setor público e a sociedade brasileira em um contexto de democracia e construção da cidadania.

Em função do seu caráter de canal de comunicação e interação entre o empreendedor e a sociedade, caracteriza-se como o programa de maior abrangência em relação ao público a ser atingido e aos impactos que a ele estão associados. No entanto, a compreensão de que a implantação de grandes projetos, em especial os que afetam o meio natural e antrópico como o projeto em tela, envolve uma partilha desigual de custos e benefícios entre os diversos setores sociais – recaindo os custos sociais e materiais sobre a população local e os benefícios para a sociedade como um todo – condiciona uma hierarquização dos públicos e das ações de comunicação social a serem desenvolvidas. Neste sentido, no desenvolvimento do Programa de Comunicação Social será priorizada a população diretamente afetada pelo projeto – seja por deslocamentos compulsórios, pela presença de

trabalhadores, pelas tensões sociais, riscos e transtornos durante o período das obras.

### **3.3 – OBJETIVOS**

#### **3.3.1 – Geral**

O objetivo principal do Programa de Comunicação Social é a constituição de um canal de comunicação contínuo entre o Empreendedor e a sociedade, especialmente a população diretamente afetada pelo empreendimento, de forma a motivar a sua participação nas diferentes fases do Empreendimento.

#### **3.3.2 – Específicos**

- Divulgar a importância estratégica do empreendimento como instrumento de desenvolvimento local e regional;
- Garantir o amplo e antecipado acesso às informações sobre o empreendimento, os impactos ambientais e sociais associados, os Programas Ambientais e os Planos Ambiental de Construção (PAC) e de Gestão Ambiental (PGA);
- Contribuir para a minimização dos impactos ambientais e sociais do empreendimento através da participação da população, especialmente a diretamente afetada, durante todas as fases do empreendimento,;
- Mitigar os transtornos causados à população durante o período de obras;
- Integrar e compatibilizar as diversas ações do projeto que envolvam comunicação e interação comunitária;
- Contribuir para a criação de um relacionamento construtivo entre o Empreendedor e empresas contratadas com a população afetada, suas entidades representativas, organizações governamentais e não governamentais, através da constituição de mecanismos de ouvidoria – recepção e respostas aos questionamentos, preocupações e demandas.

### **3.4 – METAS**

- As ações de comunicação deverão atingir a totalidade das famílias diretamente afetadas pelo empreendimento.
- Responder à totalidade das solicitações de informações e de questionamentos enviados ao Empreendedor através dos instrumentos de comunicação implantados.
- Atender à totalidade de solicitações de reuniões e esclarecimentos públicos encaminhados pela população afetada através de suas entidades representativas, pelas Prefeituras Municipais da Área de Influência Direta, Universidade e organizações comunitárias.

### **3.5 – INDICADORES AMBIENTAIS**

- Grau de satisfação do público-alvo, em especial as famílias afetadas, com o acesso e disponibilização das informações sobre o Empreendimento e os Programas Ambientais.
- Percentual de solicitações e questionamentos respondidos em relação ao total.
- Percentual de atendimento a solicitações de reuniões e esclarecimentos público em relação ao total solicitado.

### **3.6 – PÚBLICO-ALVO**

#### **3.6.1 – Identificação do Público Alvo**

Foram identificados como público-alvo do Programa de Comunicação Social os seguintes segmentos:

- Opinião pública em geral;
- Mídia local e regional;
- Estados Receptores e Estados Doadores;
- Órgãos Governamentais, em especial as Prefeituras Municipais das Áreas de Influência;

- Sindicatos, Associações, Entidades Ambientistas e Organizações da Sociedade Civil;
- População da Área de Influência e, em especial:
  - Famílias proprietárias e não-proprietárias a serem remanejadas;
  - Proprietários de terras e de benfeitorias envolvidos nos processos de indenização;
  - Comunidades situadas na faixa de 500m ao longo do traçado e localidades rurais próximas aos canteiros;
  - Comunidades Indígenas;
  - Comunidades Quilombolas;
- Técnicos e trabalhadores das obras.

### 3.6.2 – Quantificação do Público Alvo

#### a) Opinião Pública em Geral

Considera-se como opinião pública a totalidade da população brasileira interessada no Projeto de Integração do Rio São Francisco.

#### b) Mídia Local e Regional

Trata-se dos veículos de comunicação regionais e locais – rádios, redes de televisão, revistas, jornais – que deverão ser acionados para a transmissão de informações sobre o empreendimento.

Apresenta-se, a seguir, um quadro com os veículos de comunicação dos municípios da Área de Influência, identificados na pesquisa de campo realizada para a elaboração do Programa.

**Quadro 3-1 – Veículos de Comunicação dos municípios da Área de Influência Direta**

Município	Veículos de Comunicação	Alcance/Periodicidade
Cabrobó/PE	Rádio comunitária	Zona rural e urbana
	Rádio Tribuna do Vale	Sede municipal
	Jornal Folha da Cidade	mensal

Município	Veículos de Comunicação	Alcance/Periodicidade
	Jornal Gazeta da Baía de São Francisco	
	Carro de som	
	Internet	Prefeitura
	Celular TIM e Claro	
Terra Nova / PE	Carro de som (alugado)	
	Serviço de som da Câmara	Sede municipal
Salgueiro / PE	Rádio Comunitária (FM)	
	Rádio Asa Branca AM	
	Rádio Talismã FM	
	TV Grande Rio (Rede Globo)	
	Jornal regional	
	Telefonia Pública	Sede municipal
Verdejante / PE	Rádio comunitária - 104,9 FM	Grande parte do município
	Carros de som	
Penaforte / CE	Celular TIM	limitado
	Internet	Prefeitura, escolas e Posto Fiscal
Jati / CE	Rádio Comunitária	Pequeno alcance
	Informe da Prefeitura	trimestral
	Internet	Poder público
Brejo Santo / CE	Rádio Jangadeiro	Sede e zona rural
	Rádio FM Pe Pedro	Sede e zona rural
	Rádio FM Sul Cearense	Sede e zona rural
	Carro de som	
Mauriti / CE	Moto de som	Zona urbana e rural
Barro / CE	Rádio Boa Esperança	
	FM 96,5	
	Internet	Via rádio, satélite e tel.fixo
São José de Piranhas	Internet	Escolas (para funcionários)
Floresta / PE	Rádio FM Floresta	
	Rádio Comunitária	Pequeno alcance
	Carro de som	
	Celular Claro e TIM	
	Internet	Ampla acesso
	Telefonia pública	Restrita (comunidades Airi, Nazaré, Faveleira e Agrovila)
Betânia / PE	Rádio Betânia FM 103,9	Comunitária
Custória / PE	Rádio Panorama FM 97,00	Comunitária

Município	Veículos de Comunicação	Alcance/Periodicidade
Sertânia	Rádio Sertânia FM	Sede e 80% na zona rural
	Rádio de Arcoverde	Zona rural
	Internet	
	Celular: Claro, TIM e OI	
	Telefonia Pública	Sede
Monteiro / PB	Rádio Santa Maria	
	Rádio Cidade de Sumé	
	Rádio FM Imprensa	
	Carro de som	
	Internet	Ampla, provedor local e site (www.monteiro.pb.gob.br)

Fonte: Agrar, Pesquisa de Campo, junho de 2005

#### c) Estados Receptores e Estados Doadores

Constituem-se em estados receptores o Ceará, a Paraíba, o Rio Grande do Norte, sendo doadores os Estados de Minas Gerais, Bahia, Sergipe e Alagoas. O estado de Pernambuco participa do Projeto como receptor e doador.

#### d) Prefeituras Municipais da Área de Influência Direta

A Área de Influência Direta do Projeto envolve, na 1ª fase de obras – Eixos Norte e Leste, 16 municípios e respectivas Prefeituras Municipais, identificadas a seguir:

- Eixo Norte – Trecho I: Cabrobó, Terra Nova, Verdejante e Salgueiro, no estado de Pernambuco, e Penaforte e Jati (parte), no Ceará;
- Eixo Norte – Trecho II: Jati (parte), Brejo Santo, Mauriti, Barro no Ceará, e Monte Horebe, São José de Piranhas e Cajazeiras, no estado da Paraíba;
- Eixo Leste – Trecho V: Floresta, Custódia, Betânia e Sertânia, em Pernambuco, e Monteiro, no Estado da Paraíba.

#### e) Sindicatos, Associações, Entidades Ambientais e Organizações da Sociedade Civil

Múltiplas associações de classe e movimentos sociais organizados foram identificados durante os estudos ambientais, destacando-se os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, através do Pólo Sindical, a CPT (Comissão Pastoral da

Terra), vinculada à Igreja Católica, o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), a CRAB (Comissão de Atingidos por Barragens), e diversas ONGs (Organizações Não Governamentais) de cunho ambientalista ou social, como as entidades mais atuantes na região. É de se destacar que, no processo de implantação do projeto, a população, principalmente a diretamente afetada, poderá organizar-se em função de seus interesses.

#### f) População da Área de Influência Direta

##### - População municipal

Apresenta-se, no quadro a seguir, a população dos municípios da Área de Influência Direta, hierarquizada de forma decrescente.

**Quadro 3-2 – População Total, Urbana e Rural da Área de Influência Direta**

Município	Estado	População 2000		
		Total	Urbana	Rural
Cajazeiras	PB	54.715	41.964	12.751
Salgueiro	PE	51.571	39.891	11.680
Mauriti	CE	42.399	18.079	24.320
Brejo Santo	CE	38.484	22.678	15.806
Sertânia	PE	31.657	17.047	14.610
Custódia	PE	29.969	16.645	13.324
Monteiro	PB	27.687	16.684	11.003
Cabrobó	PE	26.741	15.769	10.972
Floresta	PE	24.729	15.547	9.182
Barro	CE	20.007	10.866	9.141
São José de Piranhas	PB	17.876	8.111	9.765
Betânia	PE	11.305	2.921	8.384
Verdejante	PE	8.846	2.300	6.546
Penaforte	CE	7.017	4.478	2.539
Jati	CE	7.265	3.016	4.249
Monte Horebe	PB	4.112	2.156	1.956
<b>Total</b>		<b>404.380</b>	<b>238.152</b>	<b>166.228</b>

Fonte: EIA do Projeto de Integração do Rio São Francisco, (2004)

- Comunidades situadas na faixa de 500 metros ao longo do traçado e localidades rurais próximas aos canteiros

As comunidades situadas na faixa de 500m ao longo do traçado que serão mais afetadas pelas obras totalizam uma população de cerca de 12.000 pessoas. A estimativa dessa população, realizada a partir da média de moradores por domicílio rural de cada município (IBGE - Censo 2000), é apresentada, por trechos de obras, nos quadros a seguir.

**Quadro 3-3 – Localidades no perímetro de 500 metros – Trecho I**

Estado	Município	Localidade	Domicílios	Moradores
PE	Cabrobó	Carreira das Pedras	19	85
		Maria Preta	15	67
		Sanharó	8	36
	Salgueiro	Cachoeira	4	18
		Formiga II	1	5
		Malícia	15	69
		Mulungu	40	184
		Pilões	20	92
		Quixaba	15	69
		Reis	6	28
		Solta	15	69
		Uri de Baixo	12	55
		Uri do Meio	10	46
		Urubu	8	37
Verdejante	Gato	13	58	
CE	Penaforte	Baixio do Couro	20	91
		Lagoa Preta I	70	318
	Jati	Barra de Santana	4	17
Total		18	295	1.344

**Quadro 3-4 – Localidades no perímetro de 500 metros – Trecho II**

Estado	Município	Localidade	Domicílios	Moradores
CE	Jati	Atalhos – DNOCS	10	44
		Flexeiro	2	9
		Joãozinho	6	26
		São José	4	17
	Brejo Santo	Angicos	14	65
		Atalhos	20	92
		Cristóvão	10	46

Estado	Município	Localidade	Domicílios	Moradores
		Passagem do Poço	21	97
		Ribeirão	60	277
		Torrões	6	28
	Mauriti	Atalhos	1	5
		Baixio do Padre	1	5
		Brejo Grande	58	275
		Cipó	80	379
		Coité	100	474
		Descanso	6	28
		Logradouro	23	109
		Pinheiro	31	147
		Quixabinha	80	379
		São Miguel	230	1.090
		Serrinha	2	9
		Sossego	2	9
		Umburanas	530	2.512
		Umbuzeiro	7	33
	Unha de Gato	2	9	
	Barro	Chapadinha	1	4
		Cotó	30	133
PB	São José de Piranhas	Cacaré	30	131
		Morros	40	175
		Retiro	5	22
		Várzea de Antas	9	39
Total		30	1421	6.668

**Quadro 3-5 – Localidades no perímetro de 500 metros – Trecho V**

Estado	Município	Localidade	Domicílios	Moradores
PE	Custódia	Caiçaras	40	163
		Malhadinha	10	41
	Betânia	Lagoa do Serrote	6	26
		Pau Ferro	60	265
	Sertânia	Brabo	40	164
		Cipó	200	822
		Ipueirinha	5	21
		Lambedor	6	25
		Salgado	100	411
		Santa Luzia	2	8

Estado	Município	Localidade	Domicílios	Moradores
		São Francisco	25	103
		Waldemar Siqueira	60	247
		Vila Rio da Barra	200	822
		Xique-Xique	20	82
	Floresta	Caraíba	29	149
		Jacaré	16	76
		Lagoa Rasa	3	14
		Macunã	1	5
		Tabuleiro do Porco	64	306
		PB	Monteiro	Bolão
Cachoeirinha	40			153
Mulungu	80			306
Total		23	1.057	4.401

Há uma previsão inicial que os canteiros de obras sejam instalados próximos as seguintes localidades rurais: Fazenda Mãe Rosa, no município de Cabrobó; Malhada e Xique Xique, em Salgueiro; Cristovão, em Jati; e São Miguel, Coité e Umburanas, em Mauriti, ressaltando-se que a decisão final depende de decisão a ser tomada com as empreiteiras que venham a ser contratadas.

- Famílias proprietárias e não-proprietárias a serem remanejadas

Foram identificadas, pelo Programa de Reassentamento de Populações, 845 famílias proprietárias e não proprietárias que se enquadram nos critérios de elegibilidade ao Programa, sendo os quantitativos apresentados, por município, estado e eixo, no quadro a seguir.

**Quadro 3-6 – Propriedades e Famílias Proprietárias e Não Proprietárias elegíveis ao Reassentamento**

Município/Estado	Propriedades Afetadas	Famílias residentes na área desapropriada		
		Proprietários <sup>(1)</sup>	Não Proprietários <sup>(2)</sup>	Total
Cabrobó	201	8	35	43
Salgueiro	268	57	97	154
Verdejante	23	6	1	7
Total Pernambuco	492	71	133	204
Penagorte	71	7	28	35
Jati	37	7	26	33

Município/Estado	Propriedades Afetadas	Famílias residentes na área desapropriada		
		Proprietários <sup>(1)</sup>	Não Proprietários <sup>(2)</sup>	Total
Brejo Santo	60	15	69	84
Mauriti	130	8	71	79
Total Ceará	298	37	194	231
S.J. de Piranhas	295	84	176	260
Cajazeiras	47	10	15	25
Total Paraíba	342	94	191	285
TOTAL EIXO NORTE	1.132	202	518	720
Floresta	142	5	7	12
Custória	179	9	5	14
Sertânia	334	49	34	83
Total Pernambuco	655	63	46	109
Monteiro	102	8	8	16
Total Paraíba	102	8	8	16
TOTAL EIXO NORTE	757	71	54	125
TOTAL PROJETO	1.889	273	572	845

- Comunidades Indígenas

O Programa de Desenvolvimento às Comunidades Indígenas identificou as aldeias indígenas e a população a ser beneficiada pelo Programa (Quadro 3-7).

Quadro 3-7 – Povos, tribos e população indígenas beneficiadas

Povo	Tribos	Famílias	Pessoas
Kamiwá	8	632	2.576
Pipipan	5	252	1.100
Truká	26	813	3.462
Tumbalalá*	10		2.500

Fonte: FUNASA, Censo de 2004.

\* Estimativa do Cacique Cícero Marinheiro do povo Tumbalalá, na Bahia

- Comunidades Quilombolas

As Comunidades Quilombolas que poderão ser beneficiadas pelo Programa, segundo informações do INCRA e da Fundação Palmares, são identificadas no quadro a seguir.

**Quadro 3-8 – Comunidades Quilombolas potencialmente beneficiárias**

Município	Comunidade	Famílias	Pessoas
Salgueiro	Conceição de Crioulas	800	3.280
	Contendas	42	s/inf.
	Santana	47	s/inf.
Mirandiba	Caruru	100	s/inf.
	Serra Verde	50	s/inf.
	Feijão	65	s/inf.
	Juazeiro Grande	30	s/inf.
	Araça	40	s/inf.
	Pedra Barnca	50	s/inf.
	Januário	5	s/inf.
	Queimadas	15	s/inf.
Floresta	Massapê	80	s/inf.

g) Técnicos e Trabalhadores das Obras

Foi estimada, para os 14 lotes de obras, a contratação de cerca de 5.000 técnicos e trabalhadores.

### 3.7 – METODOLOGIA E DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

#### 3.7.1 – Vertentes do Programa

O Programa de Comunicação foi estruturado a partir das vertentes listadas a seguir.

h) Articulação

Abrange as atividades e ações de comunicação desenvolvidas com o objetivo de estabelecer um relacionamento construtivo com as instituições governamentais, em especial as Prefeituras Municipais, com o público interno (empresas contratadas para as obras e equipes responsáveis pelos Programas Ambientais) e, principalmente, com a população local e suas entidades representativas.

i) Informação

Envolve o conjunto de ações e instrumentos de comunicação desenvolvidos com o objetivo de informar aos diferentes públicos sobre os diversos aspectos do Empreendimento, impactos associados, adoção de medidas e implantação e desenvolvimento dos Programas Ambientais.

#### j) Monitoramento e Avaliação

Envolve o processo de acompanhamento e avaliação das ações de comunicação.

### 3.7.2 – Atividades do Programa

As atividades das diversas vertentes do Programa de Comunicação Social serão desenvolvidas nas fases de Construção e Operação do Empreendimento.

Nos quadros a seguir, são apresentadas e detalhadas as principais atividades das vertentes de articulação, informação e monitoramento do Programa de Comunicação Social, a serem desenvolvidas na 1ª etapa do Projeto, correspondente aos Lotes I e II do Eixo Norte e ao Lote V do Eixo Leste.

#### k) Atividades para a Implantação do Programa – Vertente de Articulação

Atividades	Objetivos	Responsável pela atividade	Responsável pela Informação de base
Criação e atualização de Banco de Dados da Mídia	Criar mecanismo ágil para o contato com a mídia visando a distribuição de informações	Assessoria de Comunicação do Ministério da Integração Nacional – ASCOM/MI	Ministério da Integração Nacional e coligadas
Sistematização, em banco de dados, das informações básicas das obras (canais e reservatórios) e de avanço.	Criar mecanismo ágil de repasse de informações, por lote, de dados básicos (cronograma, localização de canteiros, alojamentos, etc.), e estabelecer rotina e procedimentos para informar sobre o avanço das obras.	Equipe do Programa de Comunicação Social	Empreiteiras contratadas Gerenciadora (Supervisão de Obras e Ambiental)
Sistematização, em banco de dados, das informações	Criar mecanismo ágil de repasse de informações sobre os critérios, ações e cronogramas dos	Equipe do Programa de Comunicação Social	Equipes dos Programas Ambientais

<b>Atividades</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Responsável pela atividade</b>	<b>Responsável pela Informação de base</b>
dos Programas Ambientais e atualização de acordo com o avanço.	Programas Ambientais e estabelecer rotina e procedimentos para informar aos segmentos interessados o processo de avanço.		Gerenciadora
Implantação de Centros de Referência de Comunicação Social	Planejar e implantar Centros de Referência em locais estratégicos de grande fluxo de população.	Equipe do Programa de Comunicação Social	
Elaboração dos Instrumentos de Comunicação.	Elaborar peças publicitárias, folders, folhetos, cartazes, cartilhas e vídeos visando atingir adequadamente os diferentes públicos-alvo.	Equipe do Programa de Comunicação Social	Gerenciadora; Ministério da Integração.

## I) Atividades para a Implantação do Programa – Vertente de Articulação e Informação

Atividades	Objetivos	Responsável pela atividade	Responsável pela Informação de base	Veículos de Comunicação
Conferências de Imprensa	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Apresentar o Projeto;</li> <li>– Estabelecer mecanismos de articulação entre o Projeto e os veículos de comunicação;</li> </ul>	ASCOM/MI	Gerenciadora	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Vídeo Institucional;</li> <li>– Palestra: Projeto de Engenharia e Programas Ambientais;</li> <li>– Folders e Folhetos explicativos.</li> </ul>
Campanha de Divulgação do Projeto	Divulgar o empreendimento, sua importância estratégica e benefícios associados;	ASCOM/MI	ASCOM/MI; Gerenciadora	Mídia de alcance nacional e regional, site da INTERNET.
Oficinas de Integração	Divulgar para os técnicos das obras os objetivos do projeto, os Programas Ambientais e uniformizar os procedimentos para as ações de comunicação social e interação com a comunidade.	Equipe do Programa de Comunicação Social	Gerenciadora PAC	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Vídeo Institucional;</li> <li>– Palestra;</li> <li>– Debates.</li> </ul>
Reuniões de Apresentação do Projeto para o Poder Público.	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Fornecer informações sobre o Projeto, impactos e Programas;</li> <li>– Estabelecer as formas de contato com o empreendedor</li> </ul>	ASCOM/MI Equipe do Programa de Comunicação Social	ASCOM/MI; Gerenciadora	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Vídeo Institucional;</li> <li>– Palestra – Projeto de Engenharia e Programas Ambientais;</li> <li>– Folhetos explicativos e cartazes.</li> </ul>
Campanha de esclarecimento da população residente na faixa de 500m e localidades rurais próximas aos canteiros.	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Fornecer informações sobre o empreendimento, impactos e Programas Ambientais;</li> <li>– Divulgar o Código de Conduta dos Trabalhadores, e as formas de comunicação para o encaminhamento de preocupações, queixas e sugestões.</li> </ul>	Equipe do Programa de Comunicação Social	Gerenciadora	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Folhetos explicativos e cartazes;</li> <li>– Reuniões a partir de solicitações</li> </ul>

Atividades	Objetivos	Responsável pela atividade	Responsável pela Informação de base	Veículos de Comunicação
Apoio na interação com a população beneficiária do reassentamento.	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Responder a demandas e questionamentos</li> <li>– Divulgar o processo e resultados da política de reassentamento;</li> <li>– Divulgar as formas de comunicação para o encaminhamento de preocupações, queixas e sugestões,</li> <li>– Responder a demandas e questionamentos.</li> </ul>	Equipes do Programa de Reassentamento das Populações e do Programa de Comunicação Social	Programa de Reassentamento das Populações	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Reuniões;</li> <li>– Power Point;</li> <li>– Folheto específico.</li> </ul>
Apoio na interação com a população a ser indenizada	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Divulgar o processo e a política de indenização</li> <li>– Divulgar as formas de comunicação para o encaminhamento de preocupações, queixas e sugestões,</li> <li>– Responder a demandas e questionamentos</li> </ul>	Equipes do Programas de Indenização de Terras e Benfeitorias e de Comunicação Social	Equipe do Programa de Indenização de Terras e Benfeitorias	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Reuniões;</li> <li>– Folheto específico.</li> </ul>
Apoio na interação com as Comunidades Indígenas	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Divulgar as formas de comunicação para o encaminhamento de preocupações, queixas e sugestões,</li> <li>– Divulgar o Código de Conduta dos Trabalhadores,</li> <li>– Responder a demandas e questionamentos</li> </ul>	FUNAI; Equipes dos Programas de Desenvolvimento das Comunidades Indígenas e de Comunicação Social	Equipe do Programa de Desenvolvimento das Comunidades Indígenas.	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Folheto Específico;</li> <li>– Reuniões a serem organizadas com a FUNAI;</li> <li>– Código de Conduta dos Trabalhadores.</li> </ul>
Apoio na interação com as Comunidades Quilombolas	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Divulgar as formas de comunicação para o encaminhamento de preocupações, queixas e sugestões,</li> <li>– Divulgar o Código de Conduta dos</li> </ul>	Fundação Palmares Equipes dos Programas de Apoio às Comunidades	Equipe do Programa de Apoio às Comunidades Quilombolas	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Folheto Específico;</li> <li>– Reuniões;</li> <li>– Código de Conduta dos Trabalhadores.</li> </ul>

Atividades	Objetivos	Responsável pela atividade	Responsável pela Informação de base	Veículos de Comunicação
Campanha de divulgação de início das obras	Trabalhadores, – Responder a demandas e questionamentos  Divulgar o início das obras	Quilombolas e de Comunicação Social  ASCOM/MI	Gerenciadora	– Mídia de alcance nacional e regional; – Spots em rádios locais; – Folhetos e Cartazes – Carros de som

### m) Atividades da Fase de Construção – Vertente de Informação

Instrumento de Comunicação	Objetivos	Responsável pela atividade	Responsável pela Informação de base	Formas de Divulgação
Informativo para o grande público.	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Divulgar o avanço das obras e dos Programas Ambientais,</li> <li>– Divulgar estudos de caráter técnico-científico relacionados ao empreendimento.</li> </ul>	ASCOM/MI	Gerenciadora Equipes dos Programas Ambientais	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Site do Ministério da Integração;</li> <li>– Mídia de alcance regional e nacional e encartes especiais em publicações de alcance regional e nacional</li> </ul>
Press-release mensais.	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Divulgar o avanço das obras e dos Programas Ambientais, cuidados ambientais adotados;</li> <li>– Divulgar assuntos de interesse nacional, regional e local.</li> </ul>	ASCOM/MI Equipe do Programa de Comunicação Social	Gerenciadora	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Site do Ministério da Integração;</li> <li>– Distribuição a partir do Banco de Dados da Mídia.</li> </ul>
Informativo Mensal	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Divulgar o avanço das obras e dos Programas Ambientais,</li> <li>– Divulgar parcerias realizadas e/ou experiências exitosas nas áreas de saúde, educação ambiental, saneamento, patrimônio arqueológico, etc.</li> <li>– Divulgar assuntos de interesse das Prefeituras</li> </ul>	Equipe do Programa de Comunicação Social	Empreiteiras Gerenciadora	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Distribuição em eventos;</li> <li>– Correio (mala direta)</li> </ul>
Programas ou spots de rádio	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Divulgar informações sobre as obras e assuntos de interesse regional e local;</li> <li>– Informar as formas de comunicação com o empreendedor (Serviço 0800, Centros de Referência, site da Internet, etc.)</li> </ul>	ASCOM/MI Equipe do Programa de Comunicação Social	Gerenciadora	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Rádios locais, regionais ou de alcance nacional</li> </ul>
Centros de Referência de Comunicação Social	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Informar e distribuir material informativo sobre as obras, seu avanço e andamento dos Programas Ambientais;</li> <li>– Receber e encaminhar sugestões, preocupações e queixas.</li> </ul>	Equipe do Programa de Comunicação Social	Gerenciadora	
Caixas de Comunicação	Receber sugestões, preocupações e queixas para	Equipe de		Instrumentos e material de comunicação

Instrumento de Comunicação	Objetivos	Responsável pela atividade	Responsável pela Informação de base	Formas de Divulgação
Campanhas Preventivas de Esclarecimento	encaminhamento aos setores competentes. Minimizar os problemas decorrentes da implantação do empreendimento (acidentes, problemas de saúde, cuidados a serem adotados durante a construção, conflitos com os trabalhadores, etc.)	Comunicação Social Equipe de Comunicação Social	Gerenciadora	social do projeto. – Folhetos e cartazes, – Spots em rádio; – Carros de som.
Visita às obras e canteiros	A partir de solicitações, agendar e realizar visitas às obras e canteiros	Equipe de Comunicação Social	Empreiteiras Gerenciadora	
Reuniões a partir de solicitações	Discutir pautas definidas pelos solicitantes.	Equipe do Programa de Comunicação Social	Responsáveis pelos assuntos definidos.	De acordo com a pauta será distribuído material de interesse.

## n) Atividades na Fase Pós- Construção da 1ª fase do Projeto

Após a conclusão das obras da 1ª fase do Projeto (Trechos I e II do Eixo Norte e Trecho V do Eixo Leste), o Programa de Comunicação Social deverá promover uma ampla campanha informando o término das obras e a continuidade do projeto.

### 3.7.3 – Detalhamento da Vertente de Informação

Apresenta-se, nos quadros a seguir, o conteúdo da informação a ser repassada aos distintos públicos-alvo.

#### 3.7.3.1 – Fase de Implantação

Público Alvo	Conteúdo da Informação
Opinião Pública Nacional e Regional (Estados doadores e receptores)	<ul style="list-style-type: none"><li>- Importância estratégica do empreendimento do empreendimento como instrumento de desenvolvimento local e regional (problema atual e benefícios esperados);</li><li>- Apresentação do projeto; custos e licenciamento do empreendimento;</li><li>- Cronograma das obras;</li><li>- Impactos e Programas Ambientais – cronograma de implantação;</li><li>- Estudos e informações de caráter técnico- científico.</li></ul>
Órgãos Governamentais dos Municípios da Área de Influência	<ul style="list-style-type: none"><li>- Importância do empreendimento no contexto local e regional;</li><li>- Apresentação do projeto e do processo de licenciamento do empreendimento;</li><li>- Cronograma das obras e diretrizes ambientais para as obras.</li><li>- Impactos e Programas Ambientais – objetivos e cronograma de implantação;</li><li>- Geração de empregos diretos e indiretos,</li><li>- Processos de desapropriação, indenização e de reassentamento.</li></ul>
Sindicatos, Associações, Entidades Ambientais e Organizações da Sociedade Civil;	<ul style="list-style-type: none"><li>- Concepção atual do Projeto;</li><li>- Processo de licenciamento do empreendimento;</li><li>- Traçado municipal dos canais e localização dos reservatórios e cronograma das obras;</li><li>- Estratégias preventivas a serem adotadas para a minimização de impactos durante as obras e normas de segurança e cuidados ambientais na construção;</li><li>- Impactos e Programas Ambientais – objetivos e cronograma de implantação;</li><li>- Benefícios do empreendimento</li><li>- Diretrizes dos processos de desapropriação, indenização e de reassentamento;</li><li>- Código de Conduta dos Trabalhadores;</li><li>- Formas de comunicação para o encaminhamento de preocupações, queixas e sugestões.</li></ul>
População do entorno das obras (500 metros	<ul style="list-style-type: none"><li>- Trabalhos a serem executados em cada lote e prazos de início e estimativa de término das obras,</li></ul>

Público Alvo	Conteúdo da Informação
ao longo do traçado e comunidades próximas aos canteiros)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Impactos e Programas Ambientais – objetivos e cronograma de implantação;</li> <li>- Benefícios do empreendimento (criação de postos de trabalho, segurança hídrica, melhoria da qualidade de vida, etc.)</li> <li>- Normas de segurança e cuidados ambientais na construção;</li> <li>- Código de Conduta dos Trabalhadores;</li> <li>- Formas de comunicação para o encaminhamento de preocupações, queixas e sugestões.</li> </ul>
Famílias a serem reassentadas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Política de reassentamento: critérios de elegibilidade, processo de negociação, alternativas e direitos, prazos previstos.</li> <li>- Formas de comunicação para o encaminhamento de preocupações, queixas e sugestões.</li> </ul>
Proprietários envolvidos nos processos de indenização	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Política de indenização: avaliação de terras e benfeitorias, processo de negociação, direitos, prazos previstos.</li> <li>- Formas de comunicação para o encaminhamento de preocupações, queixas e sugestões.</li> </ul>
Comunidades Indígenas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Definição dos temas com a FUNAI e equipe do Programa de Desenvolvimento às Comunidades Indígenas;</li> <li>- Formas de comunicação para o encaminhamento de preocupações, queixas e sugestões.</li> </ul>
Comunidades Quilombolas;	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Definição dos temas a serem abordados com a Fundação Palmares, o Inkra e equipe do Programa de Apoio às Comunidades Quilombolas</li> <li>- Formas de comunicação para o encaminhamento de preocupações, queixas e sugestões.</li> </ul>
Técnicos e Trabalhadores das obras	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Definição dos temas com a Equipe dos Programas de Treinamento e Capacitação de Técnicos da Obra em Questões Ambientais e Ambiental de Construção (PAC)</li> <li>- Formas de comunicação para o encaminhamento de preocupações, queixas e sugestões.</li> </ul>

### 3.7.3.2 – Fase de Construção

Público Alvo	Conteúdo da Informação
Opinião Pública Nacional e Regional (Estados doadores e receptores)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Avanço das obras em relação ao cronograma de construção;</li> <li>- Avanço na implantação dos Programas Ambientais e supervisão dos Órgãos Ambientais;</li> <li>- Processos participativos na implantação do empreendimento;</li> <li>- Benefícios gerados pelo empreendimento;</li> <li>- Estudos e Informações de caráter técnico e científico.</li> </ul>
Órgãos Governamentais dos Municípios da Área de Influência	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Avanço das obras nos lotes de interesse em relação ao cronograma de construção;</li> <li>- Avanço na implantação dos Programas Ambientais e supervisão dos Órgãos Ambientais;</li> <li>- Trechos críticos, áreas sensíveis e/ou protegidas e obras especiais cuidados ambientais adotados;</li> </ul>

Público Alvo	Conteúdo da Informação
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Medidas a serem adotadas para a minimização dos impactos das obras;</li> <li>- Benefícios gerados pelo empreendimento;</li> <li>- Parcerias realizadas – experiências exitosas nas áreas de saúde, educação ambiental, saneamento, apoio à atividade produtiva, segurança, proteção ambiental, etc.</li> </ul>
<p>Sindicatos, Associações, Entidades Ambientais e Organizações da Sociedade Civil;</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Avanço das obras em relação ao cronograma de construção;</li> <li>- Avanço na implantação dos Programas Ambientais e supervisão dos Órgãos Ambientais;</li> <li>- Trechos críticos, áreas sensíveis e/ou protegidas e obras especiais cuidados ambientais adotados;</li> <li>- Medidas de segurança e proteção ambiental adotadas durante as obras;</li> <li>- Benefícios gerados pelo empreendimento para a população regional e local;</li> <li>- Formas de comunicação para o encaminhamento de preocupações, queixas e sugestões.</li> </ul>
<p>População do entorno das obras (500 metros ao longo do traçado e comunidades próximas aos canteiros)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Avanço das obras em relação ao cronograma de construção;</li> <li>- Avanço na implantação dos Programas Ambientais</li> <li>- Trechos críticos, áreas sensíveis e/ou protegidas e obras especiais locais – cuidados ambientais adotados;</li> <li>- Medidas de segurança e proteção ambiental adotadas durante as obras;</li> <li>- Benefícios gerados pelo empreendimento para a população local;</li> <li>- Formas de comunicação para o encaminhamento de preocupações, queixas e sugestões.</li> </ul>
<p>Famílias reassentadas</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Avanços na implementação do Programa de Reassentamento;</li> <li>- Formas de comunicação para o encaminhamento de preocupações, queixas e sugestões, encaminhamentos e respostas.</li> </ul>
<p>Proprietários envolvidos nos processos de indenização</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Avanços nos processos de indenização;</li> <li>- Formas de comunicação para o encaminhamento de preocupações, queixas e sugestões.</li> </ul>
<p>Comunidades Indígenas beneficiadas pelo Programa de Desenvolvimento às Comunidades Indígenas</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Avanços nas atividades do Programa de Desenvolvimento das Comunidades Indígenas;</li> <li>- Formas de comunicação para o encaminhamento de preocupações, queixas e sugestões.</li> </ul>
<p>Comunidades Quilombolas beneficiadas pelo Programa de Apoio às Comunidades Quilombolas</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Avanços nas atividades do Programa de apoio às Comunidades Quilombolas;</li> <li>- Formas de comunicação para o encaminhamento de preocupações, queixas e sugestões.</li> </ul>
<p>Técnicos e Trabalhadores das obras</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Código de Conduta dos Trabalhadores;</li> <li>- Normas ambientais e técnicas de construção;</li> <li>- Conteúdos específicos relacionados aos Programas Ambientais.</li> </ul>

### **3.7.4 – Detalhamento dos Equipamentos e Instrumentos do Programa**

Detalham-se, a seguir, os principais equipamentos e instrumentos propostos no Programa.

#### **3.7.4.1 – Bancos de dados**

O Banco de Dados será constituído visando dar agilidade aos processos de comunicação do empreendimento. Os dados, relacionados no quadro de atividades do Programa, deverão ser complementados e atualizados permanentemente. No caso das Prefeituras Municipais deverá ser realizado contato logo no início da implementação do Programa visando identificar os interlocutores preferenciais das municipalidades.

Os dados básicos sobre o projeto e ações e atividades decorrentes deverão ser organizados visando atender aos diferentes públicos-alvo identificados, e neste sentido, deverão poder ser desagregados por unidades (municípios, lotes de obras, população afetada).

#### **3.7.4.2 – Centros de Referência de Comunicação Social**

Os Centros de Comunicação são espaços concebidos enquanto locais de atendimento à população para informar, divulgar, esclarecer dúvidas e receber sugestões, preocupações e queixas. Em princípio, em função da acessibilidade e da centralidade que esses municípios exercem na região, propõe-se alocação de 3 centros: em Salgueiro/PE, para atender a população do Trecho I – Eixo Norte; em Brejo Santo/CE para o atendimento do Trecho II – Eixo Norte e em Floresta/PE ou Monteiro/PB, para o Trecho V – Eixo Leste. Espera-se, para a implantação dos centros, uma parceria com as empreiteiras encarregadas das obras.

#### **3.7.4.3 – Caixas de comunicação**

As caixas de comunicação têm como objetivo receber sugestões, queixas e preocupações, assim como a solicitação de informações da população local sobre o empreendimento. Na implantação do programa, deverão ser avaliados

os locais mais apropriados para alocação das caixas, sempre e quando sejam locais centrais e de grande de fluxo das respectivas populações. Propõe-se, preliminarmente, uma caixa por sede municipal, visando garantir que todas as questões encaminhadas tenham garantia de resposta.

#### 3.7.4.4 – Oficinas de integração

As oficinas de Integração serão realizadas na fase inicial do Programa com o objetivo de padronizar o conhecimento sobre o empreendimento e estabelecer e uniformizar regras de conduta e procedimentos entre todos os envolvidos diretamente em contatos com a população.

Neste sentido, será público alvo da atividade: gerentes e técnicos das empresas contratadas para a execução das obras (empreiteiras) e serviços; as equipes da Gerenciadora (Obras e Ambiental), assim como responsáveis pela implantação dos Programas Ambientais que mantenham contatos diretos com a população.

Propõem-se como principais temas básicos das Oficinas:

- O projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – fases de desenvolvimento e características básicas;
- O papel dos estudos ambientais em grandes projetos. Impactos e Planos Ambiental da Construção e de Gestão Ambiental do projeto;
- Legislação Ambiental Aplicável ao Empreendimento;
- Conceitos básicos de comunicação e tipologia. A importância da comunicação para a construção da cidadania nas diversas etapas do empreendimento.
- Regras básicas de conduta nos contatos com a população afetada: população reassentada, indenizada, comunidades indígena e quilombolas, etc.

### 3.7.4.5 – Elaboração dos Instrumentos de Comunicação

Os principais instrumentos de comunicação e conteúdos, relacionados a seguir, deverão ser concebidos a partir da perspectiva do público alvo a que se destina, em linguagem e formas adequadas e, acima de tudo, respeitando as características sociais e culturais dos destinatários. A responsabilidade pela elaboração e conteúdo dos instrumentos de comunicação de ordem institucional ficará a cargo do Ministério de Integração, através da ASCOM (Assessoria de Comunicação), a dos demais instrumentos de comunicação pela equipe do Programa de Comunicação Social, com o apoio da Gerenciadora e das instituições responsáveis pela implantação dos Programas Ambientais.

#### a) Vídeo Institucional

O vídeo será elaborado para a divulgação do projeto, enfocando os seguintes grandes temas: importância estratégica do empreendimento no contexto nacional e regional; Planos Ambiental de Construção e de Gestão Ambiental, benefícios esperados no contexto nacional, regional e local; principais aspectos do projeto.

#### b) Folheteria

Folheto institucional, contendo as justificativas para o projeto, sua importância para o desenvolvimento nacional e regional, as principais fases e características, obras especiais, cuidados ambientais adotados, Programas Ambientais.

Folheto específico por município ou lote de obras, especificando as características, impactos e benefícios; cuidados ambientais a serem adotados e Programas Ambientais propostos para o trecho.

#### c) Material para a Mídia

De acordo com o veículo de comunicação (jornal, televisão, rádio, revista) será produzido material de divulgação e informação adequado a cada público alvo a que se destina.

d) Material informativo para a População em geral, Associações e Entidades representativas.

- Folheteria e cartazes informando sobre o início das obras, resumo do Código de Conduta dos Trabalhadores, localização dos Centros de referência de Comunicação Social e das Caixas de Comunicação, formas de contato com o empreendedor.
- Folheteria e cartazes informando sobre trechos em obras, procedimentos a serem adotados durante as obras, cuidados para a proteção ambiental na construção, locais e formas de contato com o empreendedor.
- Spots em rádios locais com informações sistemáticas sobre todos os assuntos relevantes relacionados ao empreendimento e a divulgação das formas de contato com o empreendedor.

### 3.7.5 – Detalhamento dos Mecanismos de Resposta

O retorno às solicitações de informações e eventuais reclamações e dúvidas dos diversos setores interessados deverá ser permanentemente garantido, independente do teor da questão e das formas utilizadas para o seu encaminhamento. Parte-se do pressuposto que a criação de mecanismos de comunicação sem um retorno constitui-se em fator muito mais negativo do que a própria ausência desses mecanismos na medida em que cria falsas expectativas. Esta concepção deverá ser discutida exaustivamente no âmbito das oficinas de integração, particularmente com aqueles que forem diretamente encarregados das respostas à população.

O Programa de Comunicação Social terá como responsabilidade, além de informar a partir dos instrumentos implantados com este objetivo, receber e garantir o retorno aos questionamentos da sociedade. Para tal, deverá direcioná-los aos setores competentes, que deverão ser identificados nominalmente na fase de implantação do Programa, e acompanhar o processo de encaminhamento das respostas.

Para a estruturação do esquema de respostas podem se caracterizar, a grosso modo, 4 grandes grupos de questões que serão objeto de solicitação de informações, dúvidas ou questionamentos, e que são apresentados a seguir:

- Questões Gerais: abrangendo a justificativa e os objetivos do projeto, custos, período de construção, financiamento, benefícios esperados, etc.;
- Obras: incluindo cronograma e avanço das obras nos Eixos Norte e Leste – Trechos I, II e V (canais e reservatórios), obras especiais (túneis e viadutos), localização de alojamentos e canteiros, etc.;
- Meio Ambiente: – relacionadas aos impactos ambientais do empreendimento (meios natural e antrópico) e Programas Ambientais – implantação e avanço, critérios e população beneficiária, comunidades indígena e quilombolas, sítios históricos, patrimônio arqueológico, etc.
- Segurança e Emergências – abrangendo as questões relativas a segurança da população e dos trabalhadores em relação às obras, notificação de emergências durante o período de construção, etc.

Identificam-se, a seguir, os setores responsáveis pelas respostas aos questionamentos da sociedade em cada um destes grandes grupos de questões:

- Questões Gerais: serão de responsabilidade do Ministério de Integração Nacional, especialmente a Assessoria de Comunicação Social (ASCOM);
- Obras: terá como responsável principal a Gerenciadora (Supervisão de Obras), com o apoio das empreiteiras encarregadas em cada um dos trechos de obras;
- Meio Ambiente: serão de responsabilidade da empresa encarregada do Gerenciamento Ambiental;
- Segurança e Emergências – estas questões, principalmente as que envolvem a segurança das pessoas e situações emergenciais exigem, na maioria dos casos, respostas imediatas. Deverão ser estabelecidas nominalmente as responsabilidades, dentro do sistema de gestão, para resolver/responder imediatamente estas questões

Como regra geral, salvo solicitação em contrário, o retorno deverá ser realizado através dos mesmos meios de comunicação utilizados pelo público alvo (cartas, telefone, contatos pessoais nos Centros de Referência de Comunicação Social, etc.), num período que não deve ultrapassar 24 horas em casos de emergência ou de notória gravidade, 48 horas quando a informação estiver disponível e uma semana para as demais solicitações, inclusive para

informar o encaminhamento que está sendo realizado no caso em que ainda não se disponha de uma resposta.

### 3.7.6 – Monitoramento e Avaliação

O monitoramento e avaliação das atividades do Programa serão de responsabilidade da equipe do Programa de Comunicação Social e será realizado durante todas as fases do empreendimento.

A avaliação da eficácia das ações de comunicação será realizada a partir da definição das metas a serem atingidas em cada fase do empreendimento e da identificação de indicadores apropriados – quantitativos e qualitativos.

Na implantação, quando se desenvolverão os contatos iniciais com o público alvo do Programa (Sindicatos, associações e entidades da sociedade civil, famílias reassentadas, proprietários indenizados, comunidades indígenas e quilombolas, mídia em geral) e se implantarão os principais instrumentos de comunicação (Bancos de Dados, Centros de Referência de Comunicação Social, Caixas de Comunicação), serão utilizados indicadores principalmente quantitativos, possibilitando avaliar, no processo, o atendimento às metas planejadas e, se necessário, a correção de estratégias e rumos.

Durante a fase de construção, os mecanismos implantados para a criação de um canal de comunicação entre a população e o empreendedor (equipamentos de comunicação, assim como contatos indiretos ou diretos, principalmente reuniões) permitirão aferir, principalmente do ponto de vista qualitativo, o nível de informação e de demandas da população, assim como de sua participação efetiva no projeto, possibilitando avaliar e orientar as ações para áreas ou setores sociais onde se façam mais necessárias. A frequência e o teor das matérias publicadas ou veiculadas pela mídia (positivo, negativo, neutra) constituem-se em outro indicador importante para a avaliação da eficácia das ações de comunicação.

Como instrumentos para o acompanhamento e avaliação deverão ser emitidos relatórios bimensais, nos quais serão registrados os principais problemas detectados e apontadas as correções de rumo a serem implementadas.

### 3.8 – INTER-RELAÇÃO COM OUTROS PROGRAMAS

O Programa de Comunicação, em função do seu objetivo principal – constituição de um canal de comunicação entre o poder público e a sociedade em um contexto de democracia e de construção da cidadania – e pelo seu caráter de suporte ao empreendimento, articula-se com o conjunto das ações e atividades relacionadas às obras e aos Programas Ambientais.

Neste sentido, integra e apresenta interface com o Plano de Gestão, Supervisão e Auditoria Ambiental, responsável pela gestão do conjunto de *Programas Ambientais de Apoio às Obras*, dentre os quais destacam-se o Plano Ambiental de Construção (PAC) e os programas de liberação da área (Identificação e Salvamento de Bens Arqueológicos, Indenização de Terras e Benfeitorias, Reassentamento das Populações), pelos *Programas Compensatórios* (de apoio técnico às Prefeituras, de apoio ao desenvolvimento de atividades produtivas, aos projetos de assentamentos e a grupos específicos – indígenas e quilombolas, de compensação ambiental e regularização fundiária das áreas do entorno) e pelos *Programas de Controle e Monitoramento*, destacando-se a conservação da fauna e da flora, controle da saúde pública, monitoramento da qualidade da água e prevenção à desertificação.

Articula-se, ainda, com o Programa de Educação Ambiental, apoiando a produção e reprodução do material informativo e educativo vinculado ao conjunto dos temas ambientais propostos nos diversos Programas.

### 3.9 – INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS

Para a implantação e desenvolvimento do Programa de Comunicação Social deverão ser contatadas as seguintes principais instituições:

- Gerenciadora de Obras e Ambiental – A articulação será realizada visando organizar o conjunto das informações necessárias para a divulgação pública.
- Empresas Contratadas para as Obras e Serviços do Projeto, inclusive os serviços de comunicação – para o fornecimento de informações durante

todas as fases do empreendimento, assim como para a realização das oficinas de integração.

- Poder Público, especialmente as Prefeituras da Área de Influência Direta – O contato com o poder público será desenvolvido visando informar sobre o empreendimento e dar suporte às atividades do Projeto e dos Programas Ambientais.
- Sindicatos, Associações, Entidades Ambientalistas e Organizações da Sociedade Civil – Os contatos serão desenvolvidos durante todo o processo de desenvolvimento do Programa visando, através das instituições representativas incorporar as reivindicações, preocupações e sugestões da população ao Projeto.
- Instituições envolvidas com os Programas Ambientais – O desenvolvimento das ações de comunicação social relacionadas aos Programas Ambientais implicará contato com as instituições responsáveis por sua implantação e desenvolvimento. Incluem-se neste caso a FUNAI, Fundação Palmares, INCRA, fundações e universidades, secretarias de saúde, etc., contatos que serão estabelecidos através das equipes responsáveis pelos Programas Ambientais.

### **3.10 – ATENDIMENTO AOS REQUISITOS LEGAIS E/OU OUTROS REQUISITOS**

Não existem requisitos legais especificamente associados a este Programa.

### **3.11 – RECURSOS NECESSÁRIOS**

#### **3.11.1 – Recursos Humanos**

O Programa de Comunicação Social terá como executor uma equipe integrada à Gerenciadora Ambiental. Para a execução dos serviços propõe-se uma equipe formada pelos seguintes profissionais:

- Coordenador do Programa de Comunicação Social (perfil: profissional da área de comunicação social ou ciências sociais) – responsável por todas as atividades do Programa, excluídas as de cunho institucional.

- ASCOM (Assessoria de Comunicação Social) do MI – responsável pela elaboração e distribuição do material institucional, pela divulgação das informações para a mídia regional e nacional, pelas Campanhas de Divulgação de amplo alcance e pelo site da INTERNET.
- Nível Superior (perfil: profissionais da área de comunicação social ou ciências sociais) – 3 profissionais, responsáveis pelas atividades em cada um dos trechos – Trecho 1 no Eixo Norte, Trecho II no Eixo Norte e Trecho V no Eixo Leste. Destacam-se como principais atividades desses profissionais: a organização e realização das reuniões com a população/entidades representativas e com os trabalhadores/equipes contratadas, a elaboração do conteúdo e divulgação do material informativo e educativo, o encaminhamento das sugestões e queixas da população aos setores competentes e as respostas a estas demandas.
- Nível Médio – 3 profissionais, um em cada lote de obras, durante o período de construção e 3 profissionais a serem alocados nos Centros de Referência de Comunicação Social.
- Consultores – Serão contratados consultores nas áreas de pedagogia e comunicação visual para a criação dos instrumentos de comunicação (cartilhas, folders, cartazes, etc.), para dar suporte à equipe do Programa.

Apresenta-se, a seguir a estimativa de quantitativos para Recursos Humanos, para a 1ª fase de obras.

Função	Quantidade	Fases <sup>(1)</sup>	Período
Coordenador	1	1 e 2	25 meses
Equipe Nível Superior	1	1 e 2	25 meses
	2	1	24 meses
Equipe Nível Médio	3	1	24 meses
	3 <sup>(2)</sup>	1	24 meses
Consultores		1 e 2	1.000 H/h

(1) Fases: 1 – Construção (24 meses); 2 – Pós-Construção (1 mês).

(2) Para os Centros de Referência de Comunicação Social.

### 3.11.2 – Equipamentos, Material de Comunicação e outros

Para a execução da 1ª fase do Programa foram previstos os quantitativos relacionados no quadro a seguir.

Descrição	Quantidade estimada
Folheteria	1.000.000
Cartazes	100.000
Spots em rádio (15”)	verba
Centros de Referência (esquipamento e manutenção)	3
Carros de som	verba
Viagens e deslocamentos	verba
Diversos	verba

### 3.12 – CRONOGRAMA FÍSICO

O cronograma das principais atividades encontra-se no Anexo I.

### 3.13 – RESPONSÁVEIS PELA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

Este Programa será de responsabilidade da ASCOM (Assessoria de Comunicação Social) do Ministério de Integração Nacional no que diz respeito à comunicação social no âmbito institucional, podendo para tal contratar instituição ou empresa especializada e estabelecer convênios ou parcerias com instituições públicas ou privadas para sua implementação. As demais atividades de comunicação social, identificadas e detalhadas no atual documento, ficarão sob a responsabilidade da equipe do Programa de Comunicação Social.

### 3.14 – RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PROGRAMA

A elaboração do Programa de Comunicação Social é de responsabilidade técnica da Socióloga Marilena Giacomini (IBAMA 199.350).

### 3.15 – BIBLIOGRAFIA

Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional. Estudos de Impacto Ambiental (EIA). Ecology Brasil, Agrar Consultoria e Estudos Técnicos e JP Meio Ambiente, julho de 2004.

Projeto de Ampliação da Capacidade Rodoviária das Ligações com os Países do MERCOSUL – BR-101 Florianópolis (SC) – Osório (RS). Projeto Básico Ambiental – PBA, Programa de Comunicação Social. Convênio DNIT/IME, julho de 2001.

Linha de Transmissão Serra da Mesa – Imperatriz (Interligação Norte-Sul). Projeto Básico Ambiental (PBA) – Programa de Comunicação Social. Minuta. ELETROBRÁS, s/d.

Gasoduto Bolívia-Brasil. Projeto Básico Ambiental (PBA) – Programa de Comunicação Social (trecho brasileiro). Minuta. PETROBRÁS, s/d.

Gasoduto Bolívia-Brasil. Projeto Básico Ambiental (PBA). Programa de Comunicação Social (trecho boliviano). Minuta. Dames&Moore/Prime/Biodinâmica – UGA – Unidade de Gestão Ambiental, s/d.

Informações disponibilizadas no site da INTERNET do Ministério de Integração Nacional.

**ANEXOS**

## **ANEXO I – CRONOGRAMA FÍSICO**